Notícias do dia 30 de junho

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 4

O POPULAR - GO - CAPA
TCE - GO
Estado avalia concessão de 1 mil km de rodovias . . . 3

O POPULAR - GO - ECONOMIA
TCE - GO
Governo volta a discutir concessão de sete GOs . . . 4

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Governo registra superávit de R$ 524 milhões em 2020 - XADREZ . . . 5

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
PEC do Teto de Gastos é aprovada em 1ª votação na Assembleia . . . 6

GAZETA DO ESTADO IMPRESSO - GO - SOCIAL
TCE - GO
Dois tempos - CORTE . . . 7

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
PEC do Teto de Gastos é aprovada em 1ª votação na Assembleia . . . 8

Estado avalia concessão de 1 mil km de rodovias

PISTA Governo assinou acordo com BNDES para estudos sobre a desestatização de sete GOs. Extensão sob análise é maior que a prevista em projeto da gestão de Marconi Perillo, que acabou engavetado. Goinfra diz que se trata só de consultoria para municiar decisão p7

Site: https://www.opopular.com.br/digital/30-junho-2021/1o-caderno

Governo volta a discutir concessão de sete GOs

Katherine Alexandria

O governo do Estado de **Goiás** assinou neste mês um Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estudos sobre a desestatização de 1,14 mil quilômetros de sete rodovias estaduais. A extensão agora analisada é, inclusive, maior do que a proposta inicial, feita no governo de Marconi Perillo (PSDB) para essas mesmas GOs.

Até 2018, a proposta era conceder 896 quilômetros para empresa ou consórcio que oferecesse a menor tarifa de pedágio e o maior valor de outorga. No governo de Ronaldo Caiado (DEM), o leilão não foi realizado e a intenção como foi desenhada, paralisada. Em nota, a **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) informou à reportagem que "não há de se falar em projeto de retomada de concessão", o contrato firmado seria "apenas para realização de estudos e de uma consultoria preliminar".

O objetivo, segundo a pasta, seria "municiar a gestão de todos os elementos necessários à tomada de decisões sobre o tema". Já o BNDES pontuou, também por nota encaminhada pela assessoria de imprensa, que o contrato para modelagem do projeto de concessão inclui trechos a serem estudados e que atendem à demanda apresentada pelo Estado ao banco. Esses trechos rodoviários serão alvo de avaliações detalhadas.

Isso deve ocorrer ao longo da etapa de modelagem. "Os estudos serão iniciados em julho de 2021 e a expectativa de conclusão é até o terceiro trimestre de 2022", informa a nota. Pelo site com hub de projetos do órgão, há no cronograma previsão de leilão para o primeiro trimestre de 2023. Depois de definir os parâmetros desse modelo de concessão a ser proposto, que pode ser diferente do governo anterior, ele "passará pela etapa de consulta pública, quando será aberto para contribuições de toda a sociedade".

O governo estadual descreve a fase atual como embrionária e diz não ser possível estimar se serão feitas concessões, quais valores de arrecadação esperados ou a quantidade de praças de pedágio. Na proposta anterior, no edital que chegou a ser divulgado, o projetado eram 15 praças de pedágio, contrato de 35 anos com valor previsto em R$ 2,9 bilhões.

Mas o diretor de Infraestrutura, Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) do BNDES, Fábio Abrahão, diz que para as GOs 010, 020, 060, 070, 080, 139 e 330 - que estão em estudo agora com eles - a concessão possa somar aproximadamente R$ 140 bilhões em investimentos estimados. A entrada do projeto foi comemorada por tornar mais robusta a carteira de desestatizações da instituição.

A iniciativa que já gerou críticas ao governo anteriormente tem como objetivo descrito viabilizar exatamente investimentos necessários para a revitalização das vias estaduais, que são estratégicas. A descrição é de que um melhor aproveitamento das vias traga reflexos positivos para a segurança dos usuários e para o desenvolvimento econômico da região. Nesse ponto, a principal preocupação é com escoamento de produtos agropecuários, os grãos como soja e milho.

"O processo tem o potencial de auxiliar o Estado a reforçar sua estrutura regulatória no setor rodoviário, gerar outras oportunidades de estruturação de projetos em diversos setores com consequentes benefícios econômicos e fiscais para o Estado", afirma Fábio Abrahão. O Banco vai contratar consultores para conduzir os estudos e dar apoio em audiências públicas, na etapa de análise por parte do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e até o leilão.

É esperado que durante os estudos sejam identificadas e avaliadas alternativas para a viabilidade da oferta à iniciativa privada. São considerados as condições das estradas e o fluxo. Há lei estadual que autoriza a oferta desde 2018, mas lista condições. Entre elas, as praças de pedágio deverão ser instaladas em distância não inferior a 30 quilômetros a partir da divisa de **Goiânia** com os demais municípios.

Site: https://www.opopular.com.br/digital/30-junho-2021/1o-caderno

Governo registra superávit de R$ 524 milhões em 2020 - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

Em que pese o impacto da pandemia nas atividades econômicas, o Estado registrou resultado positivo, em 2020, como mostra relatório do **conselheiro Sebastião Tejota**, do **Tribunal de Contas do Estado**, em parecer prévio das contas anuais do Governo que tramita na **Alego**. "Não obstante o orçamento ter previsto déficit de R$ 3,66 bilhões, o Estado encerrou o exercício com superávit orçamentário de R$ 524,50 milhões", registra Tejota. Com base nos cálculos efetuados, ele informa que a receita tributária avançou 3,16% em relação ao exercício de 2019, crescimento inferior à inflação medida pelo IPCA no período acumulado de 2020, que alcançou 4,52%. "Todavia, ao considerar todas as receitas que compõem a receita corrente líquida, observa-se que houve avanço de 7,23%".

Força aliada

A base aliada do governo mostrou força na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que trata da fixação de novo prazo do teto de gastos do Executivo. Emplacou 27 votos a favor da matéria, contra 11 da oposição.

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/06/5345-2.pdf

PEC do Teto de Gastos é aprovada em 1ª votação na Assembleia

Samuel Straioto

Deputados estaduais aprovaram na noite desta terça-feira (29), a Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC) relativa ao Teto de Gastos. O debate foi bastante polêmico. O projeto foi aprovado com 27 votos favoráveis e 11 contrários. O texto segue agora para análise em segunda e última votação. O texto da PEC conta com congelamento de algumas despesas do Estado limitadas apenas dentro do limite do Índice de Preço ao Consumidor Aplicado (IPCA), que calcula a inflação. Gastos com educação e saúde ficam fora das medidas de contenção fiscal.

De acordo com a proposta, fica instituído, a partir do exercício de 2022 e com vigência até 2027, após alteração proposta pelo líder do Governo, Bruno Peixoto. Neste caso, se sujeitam ao Teto de Gastos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, os Tribunais de Contas, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes. O deputado Amauri Ribeiro (Patriota) defendeu a aprovação do projeto. Ele argumentou que o Estado está propondo a PEC por uma questão de necessidade. Em 2017 foi feito um acordo entre os governos federal e de **Goiás**, para que o teto de gastos não fosse ultrapassado, o que não foi cumprido pelo Estado, em 2018.

"Não quero passar omisso, Teto de Gastos serão monitorados por cada poder, pelo **TCE**. O governo vem tendo um déficit de R$ 2 bilhões ao ano. A adesão dá condições do estado negociar dívidas e adequar a realidade que o estado passa. O momento é de cuidar da Saúde, da Educação, dos servidores para que eles também tenham condições de receber aumentos. Isso é muito importante. O Estado tem 7 milhões de habitantes e é preciso direcionar esforços para benefício da população", afirmou o deputado Francisco Oliveira (PSDB) que votou com a base governista. Já Antônio Gomide (PT) voltou a criticar a falta de apresentação de um plano de investimentos.

Parlamentares de oposição direcionaram diversas críticas à base do governo. A alegação é que haverá falta de concursos públicos como resultado da limitação dos gastos, por meio da PEC. "A lei é danosa, desmotiva e causa um dano muito grande no serviço público. Não permite concurso público por dez anos. Nós não podemos aceitar uma lei destas", destacou o deputado Major Araújo (PSL). Já Lêda Borges (PSDB) argumentou que a PEC do Teto de Gastos prejudicará as carreiras do serviço público. "Esse Teto de Gastos é para atingir quem executa política pública. Não se faz política pública sem gente. É o servidor que realiza política pública", afirmou. A PEC do Teto de Gastos passa a estabelecer que ficam permitidos a realização de concurso público, a progressão de carreira e a promoção de servidores.

Votos

Votaram contra a PEC do Teto de Gastos os deputados Alysson Lima (Solidariedade), Antônio Gomide (PT), Cláudio Meirelles (PTC), Delegada Adriana Accorsi (PT), Delegado Eduardo Prado (DC), Delegado Humberto Teófilo (PSL), Gustavo Sebba (PSDB), Hélio de Sousa (PSDB), Karlos Cabral (PDT), Lêda Borges (PSDB) e Major Araújo (PSL). Não votaram: Paulo Cezar Martins (MDB) Thiago Albernaz (SD) Ausente Zé Carapô (DC).

Votaram a favor da matéria: A favor da PEC Álvaro Guimarães (DEM) Amauri Ribeiro (Patriota) Amilton Filho (SD) Bruno Peixoto (MDB) Cairo Salim (PROS) Charles Bento (PRTB) Chico KGL (DEM) Coronel Adailton (PP) Dr. Antônio (DEM) Francisco Oliveira (PSDB) Henrique Arantes (MDB) Henrique César (PSC) Humberto Aidar (MDB) Iso Moreira (DEM) Jeferson Rodrigues (Republicanos) Lissauer Vieira (PSB) Lucas Calil (PSD) Maycllyn Carreiro (PRTB) Paulo Trabalho (PSL) Rafael Gouveia (PP) Rubens Marques (PROS) Talles Barreto (PSDB) Tião Caroço (DEM) Vinícius Cirqueira (PROS) Virmondes Cruvinel (Cidadania) Wagner Neto (PROS) Wilde Cambão (PSD). (Especial para O Hoje)

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2021/06/5345-2.pdf

Dois tempos - CORTE

MARIA REIS

1. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Governo de Goiás assinaram contrato para a estruturação de projeto de concessão de 1,14 mil KM de sete rodovias estaduais. A iniciativa visa viabilizar investimentos para a revitalização e melhor aproveitamento das vias, com reflexos positivos na segurança dos usuários e no desenvolvimento econômico da região, que é um importante polo de escoamento de produtos agropecuários.

2. O BNDES vai coordenar os estudos para modelagem da concessão de 85,02 km GO-010, 149,94 km da GO-020, 312,37 km da GO-060, 129,63 km da GO-070, 143,33 km da GO-080, 214,32 km da GO-139 e 106,85 KM da GO-330 e dará suporte ao Estado durante o processo. O Banco contratará consultores para conduzir estudos técnicos e dar apoio nas demais etapas, como audiências públicas, análise por parte do **Tribunal de Contas do Estado** e realização de leilão, previsto para o primeiro trimestre de 2023.

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/wp-content/uploads/sites/5/2021/06/Gazeta-4663.pdf

PEC do Teto de Gastos é aprovada em 1ª votação na Assembleia

Por: Samuel Straioto

Deputados estaduais aprovaram na noite desta terça-feira (29), a Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC) relativa ao Teto de Gastos. O debate foi bastante polêmico. O projeto foi aprovado com 27 votos favoráveis e 11 contrários. O texto segue agora para análise em segunda e última votação. O texto da PEC conta com congelamento de algumas despesas do Estado limitadas apenas dentro do limite do Índice de Preço ao Consumidor Aplicado (IPCA), que calcula a inflação. Gastos com educação e saúde ficam fora das medidas de contenção fiscal.

De acordo com a proposta, fica instituído, a partir do exercício de 2022 e com vigência até 2027, após alteração proposta pelo líder do Governo, Bruno Peixoto. Neste caso, se sujeitam ao Teto de Gastos o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, os Tribunais de Contas, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes. O deputado Amauri Ribeiro (Patriota) defendeu a aprovação do projeto. Ele argumentou que o Estado está propondo a PEC por uma questão de necessidade. Em 2017 foi feito um acordo entre os governos federal e de **Goiás**, para que o teto de gastos não fosse ultrapassado, o que não foi cumprido pelo Estado, em 2018.

"Não quero passar omisso, Teto de Gastos serão monitorados por cada poder, pelo **TCE**. O governo vem tendo um déficit de R$ 2 bilhões ao ano. A adesão dá condições do estado negociar dívidas e adequar a realidade que o estado passa. O momento é de cuidar da Saúde, da Educação, dos servidores para que eles também tenham condições de receber aumentos. Isso é muito importante. O Estado tem 7 milhões de habitantes e é preciso direcionar esforços para benefício da população", afirmou o deputado Francisco Oliveira (PSDB) que votou com a base governista. Já Antônio Gomide (PT) voltou a criticar a falta de apresentação de um plano de investimentos.

Parlamentares de oposição direcionaram diversas críticas à base do governo. A alegação é que haverá falta de concursos públicos como resultado da limitação dos gastos, por meio da PEC. "A lei é danosa, desmotiva e causa um dano muito grande no serviço público. Não permite concurso público por dez anos. Nós não podemos aceitar uma lei destas", destacou o deputado Major Araújo (PSL). Já Lêda Borges (PSDB) argumentou que a PEC do Teto de Gastos prejudicará as carreiras do serviço público. "Esse Teto de Gastos é para atingir quem executa política pública. Não se faz política pública sem gente. É o servidor que realiza política pública", afirmou. A PEC do Teto de Gastos passa a estabelecer que ficam permitidos a realização de concurso público, a progressão de carreira e a promoção de servidores.

Votos

Votaram contra a PEC do Teto de Gastos os deputados Alysson Lima (Solidariedade), Antônio Gomide (PT), Cláudio Meirelles (PTC), Delegada Adriana Accorsi (PT), Delegado Eduardo Prado (DC), Delegado Humberto Teófilo (PSL), Gustavo Sebba (PSDB), Hélio de Sousa (PSDB), Karlos Cabral (PDT), Lêda Borges (PSDB) e Major Araújo (PSL). Não votaram: Paulo Cezar Martins (MDB) Thiago Albernaz (SD) Ausente Zé Carapô (DC).

Votaram a favor da matéria: A favor da PEC Álvaro Guimarães (DEM) Amauri Ribeiro (Patriota) Amilton Filho (SD) Bruno Peixoto (MDB) Cairo Salim (PROS) Charles Bento (PRTB) Chico KGL (DEM) Coronel Adailton (PP) Dr. Antônio (DEM) Francisco Oliveira (PSDB) Henrique Arantes (MDB) Henrique César (PSC) Humberto Aidar (MDB) Iso Moreira (DEM) Jeferson Rodrigues (Republicanos) Lissauer Vieira (PSB) Lucas Calil (PSD) Maycllyn Carreiro (PRTB) Paulo Trabalho (PSL) Rafael Gouveia (PP) Rubens Marques (PROS) Talles Barreto (PSDB) Tião Caroço (DEM) Vinícius Cirqueira (PROS) Virmondes Cruvinel (Cidadania) Wagner Neto (PROS) Wilde Cambão (PSD).

Site: https://ohoje.com/noticia/politica/n/1321177/t/pec-do-teto-de-gastos-e-aprovada-em-1a-votacao-na-assembleia/